

NOTÍCIAS E RECENSÕES

NOS 70 ANOS DE BERNARD GUENÉE

I. SAINT-DENIS ET LA ROYAUTÉ: COLLOQUE INTERNATIONAL EN L'HONNEUR DE BERNARD GUENÉE, MEMBRE DE L'INSTITUT

(Saint-Denis, Créteil, Paris, 2/4 Mai. 1996)

A jubilação universitária de Bernard Guenée foi dignamente aproveitada para a realização de um *Colóquio* em torno das problemáticas centrais da sua Obra, mormente a que produziu nos tempos mais próximos de nós. Com efeito, os temas gerais propostos para cada um dos 3 dias e o modo como os participantes lhes corresponderam desde logo nos dão conta das evoluções recentes da História política medieval francesa, mormente – como salientava Françoise Autrand ao abrir a sessão inaugural, *Le règne de Charles VI* – da «passagem das sociedades às mentalidades políticas». Para além da notável lição do homenageado – «Liturgie et politique: Les processions spéciales à Paris sous Charles VI» –, esta sessão (realizada no *Hôtel de Ville* de Saint-Denis e presidida por Emmanuel Poulle) compreendeu a abordagem de temas como «La cour de Charles VI, lieu de vie religieuse» (X. de la Selle), «L'officier, la femme et le duc. Place et rôle de la femme au sein d'un hôtel princier» (E. Gonzalez) ou «Entre théologie, humanisme et politique: les sermons universitaires de la fête de saint Louis sous le règne de Charles VI» (N. Gorochov); ou ainda, num registo político-institucional, «La révolte cabochienne et l'assemblée des États de 1413» (N. Bulst). O programa deste dia compreendeu ainda uma longa e pormenorizada visita à abadia de Saint-Denis.

A sessão de 3 de Maio (que decorreu em Créteil, na Universidade de Paris XII-Val-de-Marne) versou *L'écriture de l'histoire* e foi presidida por Jean-Marie Moeglin. Destaque para abordagens como «Essor de l'historiographie royale en prose vernaculaire. Quelques aspects inattendus» (G. Spiegel), «Guillaume de Nangis et la translation de l'Empire aux rois de France» (M. Chazan) ou «Michel Pintoin chroniqueur du Grand Schisme d'Occident» (H. Millet); ou ainda, num registo histórico-jurídico, «Le religieux de Saint-Denis et le vocabulaire politique du droit romain» (A. Rigaudière).

Finalmente, a sessão de 4 de Maio foi dedicada a *Idéologie et royauté*, e decorreu no Institut de France, sob a presidência de Jacques Krynen. Destaque para comunicações como «Corps du pape et corps du roi» (A. Paravicini-Bagliani), «Les ducs, le

roi et le Saint-Sang du Xe au XIIIe siècle» (C. Beaune), «Les saints anglais et la monarchie anglaise au bas Moyen Âge» (C. Allmand) ou «“Des humanistes en mal d'écrire...”. Réflexions sur la motivation et sur la réception de la polémique en France à la fin du Moyen Âge» (P. S. Lewis); ou ainda, num registo histórico-historiográfico, «Histoire politique anglaise et histoire politique française» (J.-Ph. Genet); ou, por último, duas comunicações no domínio da legislação, régia ou senhorial: «Législation et compilation législative au Portugal du début du XVe siècle: la genèse des “Ordonnances d'Alphonse V”» (A. L. de Carvalho Homem) e «Jean sans Peur comte de Flandre (1405-1419) législateur» (J.-M. Cauchies).

Todas as sessões foram rematadas por mesas-redondas (presididas, em momentos vários, por Jean Leclant, Claude Gauvard, Bernard Guenée, Philippe Contamine, Francis Rapp, Michel Parisse, Bernard Chevalier, Peter S. Lewis e Christopher Allmand), onde diversos outros autores puderam particularizar este ou aquele ponto, em intervenções mais breves.

Um destaque final para o magnífico ambiente humano que rodeou todo o evento. (Não será que a «nova» História política é mesmo uma Historiografia *solidária*?...)

E aguardemos a próxima publicação das *Actas*.

Porto, Julho de 1996

2. PARA UM PERFIL DO HOMENAGEADO

Bernard-Marie-Albert Guenée nasceu em Rennes (Alta-Bretanha) a 6 de Fevereiro de 1927.

Após estudos liceais na sua cidade-natal, chegou a Paris no Verão de 1944, pouco antes da *Libération*. Cursou a École Normale Supérieure [ENS] (1944-1946), e depois a Sorbonne (1946-1950). Também em 1950 concluiu a *agrégation* (exame de habilitação para o ensino liceal).

Depois do serviço militar, veio a ser bolseiro da Fondation Thiers (1952-1955), e em 1956 iniciou a sua carreira universitária, como Assistente na Sorbonne. Em 1963, aí viria a obter o *doctorat d'État*, com a tese principal *Tribunaux et gens de justice dans le bailliage de Senlis à la fin du Moyen Age (vers 1380-vers 1520)* [Paris, Publications de la faculté des lettres de Strasbourg, 1963] e a tese complementar «Catalogue des gens de justice de Senlis et de leurs familles (1380-1550)» [publicada bastante mais tarde, nos *Comptes rendus et Mémoires de la Société d'histoire et d'archéologie de Senlis* (1979-1980), pp. 20-84; e (1981-1982), pp. 3-96]; foram seus *directeurs de thèse*, sucessivamente, Charles-Edmond Perrin e Robert Boutruche (por morte do primeiro).

Entretanto, desde 1958 que ensinava na Universidade de Estrasburgo, aí atingindo o cume da carreira após o *doctorat*. Em 1965 regressaria à Sorbonne como professor, aí permanecendo (em Paris I Panthéon-Sorbonne a partir de 1970) até à jubilação em 1995.

Em 1981 foi nomeado *directeur d'études* da École Pratique des Hautes Études [EPHE] (IV Secção), aí permanecendo também até 1995.

Igualmente em 1981 foi eleito para o *Institut de France (Académie des Inscriptions et Belles-Lettres [AIBL])*; no quadro desta Academia – a cujo *Bureau* pertenceu em diversos mandatos, exercendo a Presidência no ano de 1989 –, tem integrado a Direcção do *Journal des Savants*.

Três vectores podemos identificar na obra de **BG**:

1) O primeiro passa pelo que podemos designar de *combate por uma nova História política*, e inicia-se pelos meados da década de 60, pouco após o doutoramento. Em artigos diversos, publicados nomeadamente na *Revue Historique* e nos *Annales. E.S.C.* (e depois reeditados em *Politique et Histoire au Moyen Âge. Recueil d'articles sur l'histoire politique et l'historiographie médiévale (1956-1981)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1981), **BG** tem em conta questões como a historiografia francesa sobre o *Estado* ao longo dos últimos 100 anos (1966), *Estado e Nação* na França medieval (1967), *espaço e Estado* (1968) ou as fronteiras medievais francesas (1972).

Este rumo tem de algum modo o seu culminar em 1971, com o volume *L'Occident aux XIVe et XVe siècles. Les États* (Paris, PUF, 1971 [coll. «Nouvelle Clio», n.º 23; 4.ª ed.: 1991, com uma reimpr. em 1993]. Na lógica da estrutura da colecção, a primeira parte compreende uma extensa *Bibliografia* (742 títulos, agrupados por temas). A segunda parte, *Nos connaissances*, compreende uma «Introdução» – abordando as noções de *Estado* e de *Ocidente* e a periodização – e três *livros*: «As exigências do espírito», «O poder do Estado» e «Estado e sociedade». Ao longo de um total de 13 capítulos, **BG** tem em conta questões como «Informação e propaganda», «Ideias e crenças», «Estado e nação», «O príncipe e a sua imagem», «O rei e o tirano», «Os recursos do Estado», «Os fins do Estado» (justiça, finanças, guerra, diplomacia e política económica), «O nascimento do “país”», «O príncipe e o país», «País legal e país real» e «Os servidores do Estado». Finalmente, a terceira parte, *Croquis historiographiques*, compreende breves abordagens de questões como o Império, as origens da Confederação, «nações e sentimentos nacionais», «Estados e assembleias de estados», «O Parlamento inglês» e «O humanismo cívico». Será quase pleonástico referir a fortuna editorial desta obra, que nos 22 anos subsequentes viria a conhecer um total de quatro edições e uma reimpressão. O Autor não tocou no texto. Mas a dimensão dos sucessivos suplementos bibliográficos (três na 4.ª ed., 1991) mostra bem o progresso da investigação nos temas que consubstanciam a obra: na referida 4.ª ed., os títulos triplicam (dos mencionados 742 para 2.225).

Tal combate por uma «nova» História política como que chega ao seu termo em 1977, com o artigo «Les tendances actuelles de l'Histoire politique du Moyen Âge français» (in *Tendances, perspectives et méthodes de l'Histoire Médiévale*, Paris, Bibliothèque Nationale, 1977, pp. 45-70 [= *Actes du 100e Congrès National des Sociétés Savantes (Paris, 1975). Section de philologie et d'histoire jusqu'à 1610*, t. II]). **BG** coloca-se claramente na perspectiva de somatório do *balanço* com as *perspectivas*. Abre com duas constatações de facto:

– «Naguère, l'histoire politique médiévale française s' intéressait d'abord au chef du corps politique, c'est-à-dire aux rois et aux princes, ensuite aux institutions qui travaillaient à imposer leur volonté, enfin aux événements, révoltes ou batailles, qui menaçaient ou renforçaient leur pouvoir. La lecture des chroniques, l'étude des archives que chaque institution avait laissés suffisaient à

ces ambitions. L'histoire politique était simple. Mais la machine de l'État, quand elle tournait, tournait à vide, sans qu'apparussent les hommes qui la mouvaient ni, à plus forte raison, ceux qui la subissaient. Les historiens qui, à l'exemple des fondateurs des Annales, voulaient "flairer la chair humaine" se détournèrent de cet univers glacé. L'État, les institutions, les événements tombèrent en disgrâce.

– «(...) *Le renversement fondamental est sans doute que les historiens veulent maintenant, dans le corps politique, s'intéresser plus aux membres qu'à la tête, partir non plus du sommet, mais de la base*» (pp. 45-46).

E é na decorrência desta dupla observação que **BG** aponta as prioridades dos anos 70 para a História dos Estados: *geografia política* (particularmente a problemática dos limites/fronteiras), *sociedade política* (grupos, tensões, pressões; diversidades regionais; sociedades urbanas; quadros profissionais; quadros familiares; traços de mentalidade e de cultura) e *mentalidades políticas* (opinião pública e o delicado problema das fontes, com uma chamada de atenção para as «dolências» em assembleias representativas; tensões, violências, crime; propaganda; sentimentos nacionais). E conclui: «(...) *la tendance actuelle de l'histoire politique est d'y négliger le sommet pour la base, la tête pour les membres, l'étude des institutions pour celle des sociétés et des mentalités politiques. Ceci implique que, sans négliger le qualificatif, l'histoire politique se tourne autant que faire se peut vers le quantitatif, le statistique et le géographique. L'histoire politique médiévale ne fait donc rien d'autre que ce que fait l'histoire politique contemporaine. (...) L'histoire politique médiévale, telle qu'elle se veut aujourd'hui, est complexe; elle est difficile; mais elle est possible. C'est moins une question de documents qu'une question d'hommes. Et le seul problème est précisément de savoir si la difficulté ramènera vers l'histoire politique les jeunes historiens que l'ennui en avait détournés*» (pp. 69-70).

Os últimos 20 anos encarregaram-se de provar que os «jeunes historiens» tinham mesmo superado o «ennui». Ao mesmo tempo que deixava que a Obra dos discípulos fosse falando por si própria, **BG** ia tendo uma presença aparentemente mais discreta neste domínio. Centrado em boa parte na época de Carlos VI (1380-1422), privilegiando agora as *mentalidades políticas* – domínio que na sua Obra tivera a primeira grande manifestação no volume *Les entrées royales françaises de 1328 à 1515*, Paris, CNRS, 1968 [em col. com Françoise Lehoux] –, foi abordando questões como a *idade dos homens da Igreja e do Estado*, bem como de alguns criadores culturais («L'âge des personnes authentiques. Ceux qui comptent dans la société médiévale sont-ils jeunes ou vieux?», in *Prosopographie et genèse de l'État Moderne*, ed. Françoise AUTRAND, Paris ENSJF, 1986, pp. 249-79), «Le roi, ses parents et son royaume en France au XIVe siècle» (*Bullettino dell'Istituto Storico Italiano per il Medio Evo e Archivio Muratoriano*, 94 [1988], pp. 439-470), «*Non perjurabis*. Serment et parjure en France sous Charles VI» (*Journal des Savants* [juil.-déc. 1989], pp. 241-57), as procissões especiais parisienses como instrumento de propaganda (cf. o ponto **1**. desta nótila) ou a *devoção do monarca* (tema do último Seminário que regeu na EPHE); ao mesmo tempo que projecta um vasto artigo sobre «Le gouvernement des esprits».

2) Teremos depois uma atenção nítida à Historiografia da Idade Média ocidental domínio que vinha sendo preparado desde o início da década de 70, em artigos vendo, por exemplo, os géneros *históricos* medievais (histórias, anais, crónicas) [1973],

a cultura histórica dos nobres [1976], tempo da história e tempo da memória [1976-77], genealogias, história e política [1978], Marsílio de Pádua e a história [1979], as normas da crítica histórica na Idade Média [1980] ou o próprio conceito de Historiografia medieval [1977], artigos estes em parte reeditados no mencionado volume *Politique et histoire* (cit. *supra*, al. 1)). Na mesma linha de ideias se compreende a direcção do volume *Le métier d'historien au Moyen Âge. Études sur l'historiographie médiévale*, Paris, 1977, onde colabora com o texto «L'historien par les mots» (pp. 1-17).

Este domínio culmina de certa maneira em 1980, com *Histoire et culture historique dans l'Occident médiéval* (Paris, Aubier Montaigne, 1980). Uma passagem da «Introduction» (pp. 9-17) elucida-nos sobre o percurso intelectual de BG na feita da obra: «(...) *l'étude de l'histoire politique m'a persuadé qu'en définitive la vie et la solidité des États dépend moins de leurs institutions que des idées, des sentiments et des croyances des gouvernés. Mais ces mentalités politiques elles-mêmes ne sont-elles pas largement façonnées par le passé que chacun se croit? Un groupe social, une société politique, une civilisation se définissent d'abord par leur mémoire, c'est-à-dire par leur histoire, non pas l'histoire qu'ils eurent vraiment, mais celle que les historiens leur firent. Désireux de comprendre l'histoire du Moyen Âge, il m'a semblé indispensable de considérer non seulement l'histoire au Moyen Âge, mais aussi le poids qu'elle put avoir. Je suis intéressé par l'historien, mais plus encore par son public; par l'oeuvre historique, mais plus encore par son succès; par l'histoire, mais plus encore par la culture historique*» (p. 16). E seguem-se 8 capítulos, lembrando, em termos de *perspectiva*, o que um manual actual de metodologia da História será em termos de *preceptiva*: «O que é a história?», «Perfis de historiadores», «O trabalho do historiador» (três capítulos, intitulados, sucessivamente, *A documentação, A elaboração e A composição*), «O sucesso da obra», «A cultura histórica» e «O peso da história». E uma lapidar *Conclusion* (pp. 357 ss.), onde, a fechar (p. 367), se afirma o seguinte: «(...) *tout mon livre a (...) tendu à montrer, à travers les âges, la continuité de l'effort historique, la solidarité de tout ces historiens qui ont voulu retrouver (...) et dire le passé. Et dans cette longue chaîne de solidarité, les mille ans que l'on appelle le Moyen Âge ne représentent pas une rupture. Fiers d'être nous-mêmes historiens, cessons de voir avec condescendance ces temps peuplés de naïfs conteurs. Certains le furent. Mais beaucoup d'autres ne furent rien de moins que nos lointains "camarades"* [expressão tomada de empréstimo a Georges Duby e Guy Lardreau, *Dialogues*, Paris, 1980, p. 87], *nos dignes collègues (...)*».

Talvez seja este o domínio mais intensamente presente na Obra ulterior de BG: No imediato, aclarando ao longo dos anos questões como a dos «géneros históricos» ou a da génese e desenvolvimento da *crónica* (cf. «Les premiers pas de l'historiographie en Occident au XIIIe siècle», *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres. Comptes rendus des séances* [janv.-mars 1983], pp. 136-52; «Histoire, mémoire, écriture. Contribution à une étude des lieux communs», *Ibid.* [juil.-oct. 1983], pp. 441-56; ou ainda «Les Grandes Chroniques de France. Le Roman aux roys (1274-1518)», in *Les Lieux de Mémoire*, dir. Pierre Nora, II. *La Nation*, t. I, Paris, Gallimard, 1986, pp. 189-214). Mais recentemente, dedicando-se ao estudo da *Crónica* do «Religieux de Saint-Denys», cuja reedição prefaciou (cf. *Chronique du Religieux de Saint-Denys contenant le règne de Charles VI de 1380 à 1422*, reimpr., em 3 vols., da ed. bilingue Louis-François Bellaguet [1839-1852], Paris, CTHS, 1994; Introduction de BG, com o título «Michel Pintoin, sa vie, son oeuvre», vol. 1, pp. I-LXXXV). Trata-se de um texto cronístico da viragem do século XIV para o XV; o autor está identificado, há cerca de 20 anos, como sendo Michel Pintoin [MP] (cf. Nicole Grévy-Pons e Ezio Ornato, «Qui

est l'auteur de la chronique latine de Charles VI dite du Religieux de Saint-Denis?», *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 134 (1976), pp. 85-102), eclesiástico que terá vivido entre ca. 1349 e 1421, sendo chantre da abadia a partir de ca. 1400. A obra, cuja encargo terá sido cometido a **MP** entre 1388 e 1392, foi elaborada entre ca. 1394 e o Outono de 1420, pouco antes da morte do autor. Na referida «Introduction», **BG** tem sucessivamente em conta: a edição oitocentista da Crónica e os contributos da Historiografia ulterior (pp. I-V); a vida e obra de **MP** e a sua integração na produção 'literária' do «atelier historiográfico de Saint-Denis» (pp. V-XXX); os manuscritos da obra (pp. XXX-XXXIII); os processos de trabalho do autor (pp. XXXIII ss.), as suas fontes (documentação, informações provenientes da Corte, do mundo universitário ...) e o modo como as utiliza; o texto de **MP** – incluindo o peso que a biografia do autor e da sua vivência dos eventos que narra nele terão –, o seu estilo, a sua utilização da língua latina, a sua concepção de História (narração dos factos e relações de causalidade entre os mesmos, memória, ensinamento), a estruturação da obra (em moldes que plenamente justificam a sua classificação como *crónica*), os processos narrativos (com a utilização de *casus*, cada um dos quais com um princípio e um fim), a sua retórica (e as aproximações a Salústio, Cícero, Juvenal, Ovídio ou, sobretudo, Tito Lívio); terminando **BG** (pp. LXIX-LXXII) com os destinos ulteriores de Saint-Denis e da cronística régia francesa, até à renovada atenção do século XVII pela obra de **MP** e pela sua Crónica de Carlos VI, mormente com a tradução em 1663 por Jean Le Laboureur. Rematando **BG** (p. LXII): «Près de deux siècles plus tard, Louis-François Bellaguet publiait le texte latin et une nouvelle traduction française de la Chronique de Charles VI. On n'ose pas espérer que, pour remplacer l'un et l'autre, deux siècles, à nouveau, suffiront».

Esta obra tem marcado de forma considerável a produção recente de **BG** (cf.: «Tragédie et histoire chez le Religieux de Saint-Denis», *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 150 (1992), pp. 223-44; «Le Religieux et les docteurs. Comment le Religieux de Saint-Denis voyait les professeurs de l'Université de Paris», *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres. Comptes rendus des séances* (1992), pp. 675-86; «Un royaume et des pays: la France de Michel Pintoin», in *Identité régionale et conscience nationale en France et en Allemagne du Moyen Âge à l'époque moderne*, ed. Rainer Babel e Jean-Marie Babel, Sigmaringen, Jan Thorbecke Verlag, 1997, pp. 403-412). E, como já vimos (cf. *supra*, 1.), o *Religieux de Saint-Denis* e todo o seu enquadramento político e intelectual estiveram bem presentes no Colóquio de Maio de 1996.

Domínio este – o da História da Historiografia Medieval – onde a acção continuada de **BG** e de tantos outros na sua sequência permitem mesmo o sonho: «On rêve que toutes ces recherches additionnées puissent un jour aboutir à un tableau précis, par exemple, de l'histoire et de la culture historique des Français sous Charles VI» («Introduction» a *L'Historiographie Médiévale en Europe*, ed. Jean-Philippe Genet, Paris, CNRS, 1991, pp. 17). E mais adiante, fechando o mesmo texto: «L'histoire de l'historiographie médiévale a déjà fait beaucoup. Il lui reste beaucoup à faire. On souhaite (...) la faire un peu avancer sur un long chemin» (*Ibid.*, p. 18).

3) Finalmente, os seus dois livros mais recentes (*Entre l'Église et l'État. Quatre vies de prélats français à la fin du Moyen Âge (XIIIe-XVe siècle)*, Paris, Gallimard, 1987; e *Un meurtre, une société. L'assassinat du duc d'Orléans, 23 novembre 1407*, Paris, Gallimard, 1992) constituem ensaios de resposta – só possíveis na pena de um autor *maduro* e com vasta obra prévia – a questões (talvez) à partida algo provocatórias:

- Poderia um *novo* historiador dos poderes, pioneiro dos estudos prosopográficos, praticar a biografia *singular*? Ou exercitar o *retorno ao acontecimento*?

A primeira questão está patente no livro de 1987. Numa relativamente longa «Introduction» [pp. 7-47], **BG** aborda o problema das relações entre *História* e *Biografia(s)*; questiona a história de *uma* vida enquanto *exemplar* ou *singular*; recorda a sua experiência de prosopógrafo e as limitações de tal método («... *il me semble aujourd'hui que ces études prosopographiques ont, au moins pour le Moyen Âge, quelque chose de frustrant. Elles permettent d'atteindre des carrières, mais non pas des personnes. On sait ce que ces gens ont fait ou possédé, mais non pas ce qu'ils ont espéré ou craint, aimé ou haï*» [p. 15]). Solução? Talvez a renúncia à exaustividade dos catálogos prosopográficos e o recentramento numas tantas individualidades que possam ter deixado traços de si próprias, ou seja, «a elite dos que escrevem» [loc. cit.]. Recordando a origem escolar do livro (um curso sobre Igreja e Estado nos finais da Idade Média para candidatos à *agrégation* [1983]), **BG** propõe-nos um percurso pela História política e eclesiástica francesa, da Cruzada de S. Luís (1244) [p. 16] às «concordatas» de 1472 e de 1516, «consagrando a existência de uma Igreja galicana submetida ao Rei», um Rei «soberano de um Estado forte e senhor de uma Igreja devotada» [p. 18]. Tudo isto através das vidas de 4 prelados: Bernard Gui (1266-1331) [pp. 49 ss.]; Gilles Le Muisit (1272-1353) [pp. 87 ss.]; Pierre d'Ailly (1351-1420) [pp. 125 ss.]; e Thomas Basin (1412-1490) [pp. 301 ss.]. Vidas abordadas de forma «solidária e encadeada», e tendo em conta o que de social e de pessoal poderia pesar no «cursus honorum» de um homem de Igreja e/ou de Estado no reino da França dos finais da Idade Média: e assim a «Introduction», na sua segunda parte [pp. 20 ss.], tem sucessivamente em conta circunstâncias como «nascimento», «ambição», «saber e talento», «familiares e amigos», «zelo e obediência», «receio e medo» e «idade e experiência».

Relembrando no final o debate (por vezes impossível) entre estudo estrutural/compreensão da História e narração de vidas/sentir da História, **BG** chega a citar a «boutade» de Anatole France, associando a «história estatística» a uma mera «autópsia». Para concluir [p. 47]: «*L'histoire statistique (...) est à l'histoire narrative ce que la pomme de terre est à la rose. Pour ma part, en écrivant ces quatre vies, je n'ai pas voulu substituer des roses aux pommes de terre qui m'ont nourri si longtemps. J'ai voulu, dans ces biographies, réconcilier la rose et la pomme de terre.*»

Diverso é o percurso proposto pelo livro de 1992. A «Introduction» [pp. 7-16] é agora mais breve; mas tem um ponto em comum com a do livro precedente: a fechar a dúzia de páginas que arranca na narração do ocorrido ao princípio da noite parisiense de 27 de Novembro de 1407 – o assassinio do duque de Orleães pelo duque da Borgonha –, de novo uma referência literária, agora Paul Valéry, acerca do entediante *acontecimento*, mera «espuma das coisas», antes lhe interessando o mar: «é aí que se pesca». Contrapõe **BG**: «... *l'écume, les vagues et la mer sont une seule et même chose. Le pêcheur pêche dans la mer. Et l'historien, comme lui, doit envoyer ses filets profond. Mais le pêcheur ne courait-il pas quelque danger à ne pas se soucier de l'écume et des vagues? De même l'historien, à négliger les événements*» [p. 16]. E daí o programa para o livro: partir de um «acontecimento exemplar» – e da sua sequência de 12 anos, até à vingança, consumada a 10 de Setembro de 1419 – para «*mieux éclairer les structures et les mentalités politiques en France à la fin du Moyen Âge*». Comporta a obra 11 capítulos, agrupados em duas partes (*Une société* e *Un meurtre*). Primeira parte (caps. I-V) tendo sucessivamente em conta «Imagens» (pp. 19 ss.), «Hierarquias» (pp.

25 ss., onde se aborda o Rei face a Deus, aos seus familiares, aos nobres e aos súbditos), «Ordem» (pp. 46 ss.), «Desordem» (pp. 71 ss.) e «Remédios» (pp. 101 ss.); segunda parte (caps. VI-XI) compreendendo «Retratos» (pp. 121 ss.), «Tensões (1400-1406)» (pp. 152 ss.), «Assassínio (1407)» (pp. 176 ss.), «Tempestades (1408-1415)» (pp. 180 ss.), «Debates (1413-1416)» (pp. 232 ss.) e «Vingança (1415-1419)» (pp. 265 ss.). Rematando a obra um breve *epílogo* (pp. 283-289), onde se conclui por 1407, na visão dos súbditos de Carlos VI e na análise do historiador actual, enquanto evento que pôs termo a um tempo relativamente pacífico – contrariamente a situações coevamente vividas na Península Ibérica, na Inglaterra e na Itália –, preludiando em 8 anos a derrota de Azincourt e em 12 um assassinio «ainda mais horrível». E mesmo a fechar [p. 289]: «*On s'étonne un peu que le 23 novembre 1407 n'ait pas été retenu parmi les "trente journées qui ont fait la France"* [Referência a uma colecção em tempos publicada pela Gallimard; integrou, por ex., *Le dimanche de Bouvines*, de G. Duby]. *Il devrait, à coup sûr, figurer parmi les dix journées qui ont failli la défaire*».

Assim sumariamente enunciadas as facetas essenciais da obra de **BG**, cumpre salientar que elas consubstanciam um percurso coerente, traduzível na já mencionada expressão *das sociedades às mentalidades políticas* (cf. o ponto **1**, desta nótula). De formação haurida numa ENS e numa Sorbonne do imediato post-Guerra – ainda com ecos de F. Lot (prolongado no por vezes esquecido Robert Fawtier), a presença terminal de L. Halphen e o ensino de Perrin e Boutruche –, não surpreende a dimensão institucional das suas teses de *doctorat*; que no entanto, e através da prosopografia, articulam o *político* e o *social*. A sequência consubstancia um caminho do *Estado* aos *poderes*, da *instituição* à *representação-legitimação-propaganda*. Ou, se preferirmos, do *político/politológico* ao *político/antropológico*; com o que isso possa representar de aproximações à «Nouvelle Histoire» *stricto sensu*. Entendamo-nos sobre este ponto. Torna-se-me difícil falar de *retornos* (do político, do biográfico, etc.) quando se trata de encarar a «nova História política» medieval francesa com um cunho escolar *sorbonnard*, *chartiste*, da EPHE (IV Secção) ou da ENS. Por alguma razão um Charles-Olivier Carbonell salientou que tais caminhos da Historiografia vinham *na sequência* da «Nouvelle Histoire» e não em ruptura com ela (Ch.-O. Carbonell, «Les origines de l'État moderne: les traditions historiographiques françaises (1820-1990)», in *Visions sur le développement des États européens. Théories et historiographies de l'État moderne*, ed. Wim Blockmans e Jean-Philippe Genet, Roma, École Française de Rome, 1993, pp. 297-312, *maxime* 310). De acordo. Mas há que salientar que **BG** – como tantos outros da mesma «galáxia» dos saberes de Clio – é um autor para quem «fazer História» é quase sinónimo de «fazer Escola»; com o que isso representa de atenção ao legado dos *maiores* e à criação de *descendência* científica; tudo isto num clima de *solidariedade* e de *convivialidade*, que contrastam com a postura não raro *jactante* dos actuais avatares da École des Hautes Études en Sciences Sociales [EHSS]. E não será por acaso que «bienveillance» é termo tão ocorrente nas referências gratulatórias dos seus alunos de *doctorat*.

E assim se compreende a dimensão do discipulado de **BG**. O manual *Nouvelle Clio* (1971), nas suas múltiplas edições e tiragens, tem sido veículo da aprendizagem de múltiplas gerações escolares, na França e fora dela (e apontem-se as traduções espanhola e portuguesa [Brasil]). E algo de semelhante se diga de *Histoire et Culture Historique* (1980).

Por outro lado, enquanto História institucional do Estado e da Igreja (ou da relação entre as duas entidades), a sua obra prolonga-se, por exemplo, numa Françoise

Autrاند (e nos seus trabalhos sobre o Parlamento de Paris), numa Claude Gauvard, sua sucessora em Paris I (e nos seus estudos sobre criminalidade e *remissão* régia), numa Hélène Millet ou numa Elisabeth Mornet (e nos trabalhos que continuamente têm realizado sobre capítulos catedrais), ou ainda num Alain Demurger (autor de múltiplos trabalhos sobre geografia política tardo-medieval: viscondes, bailios, senescais – particularmente na Normandia – e respectivas carreiras) ou num Olivier Matteoni (a quem se devem valiosos estudos sobre, por exemplo, a *Chambre des Comptes* de Moulins). Enquanto historiador dos proto-sentimentos nacionais ou das *ideias* sobre o poder, **BG** tem sido continuado por uma Colette Beaune (estudiosa do nascimento da França enquanto *nação*), por um Jacques Krynen (autor com uma formação jurídica de base, a quem se devem obras fundamentais sobre *ideal do Príncipe/ideário sobre o Príncipe*) ou por um Jean-Philippe Genet (que, ao estudar as ideias políticas na Inglaterra de finais da Idade Média, retoma uma tradição *anglóloga* do medievalismo francês, interrompida desde o desaparecimento de Édouard Perroy; de realçar também o seu papel incomensurável como dinamizador de programas vários sobre *Gênese/Origens do Estado Moderno* [no quadro do CNRS francês ou da European Science Foundation], ou enquanto sistematizador da utilização da Informática nos estudos de História política medieval). O historiador da Historiografia tem tido em Jean-Marie Moeglin, seu sucessor na EPHE, um dos continuadores. Enquanto que as abordagens mono-biográficas têm tido sequência, por exemplo, nos livros que Françoise Autrand dedicou a Carlos V e a Carlos VI.

Destaque-se, por último, a audiência profunda que a obra de **BG** tem tido entre nós. Nunca tendo, infelizmente, podido visitar Portugal, sendo escasso o seu conhecimento directo de historiadores do nosso País, a sua influência é no entanto assinalável:

- Salientem-se, na Escola de Coimbra, alguns dos trabalhos recentes de M.^a Helena C. Coelho (v.g. a monografia sobre D. Gonçalo Pereira, arcebispo de Braga) ou a tese de Leontina Ventura sobre a *nobreza de Corte* de Afonso III);
- salientem-se, na U. Porto, os trabalhos de Armindo de Sousa sobre as nossas Cortes de Quatrocentos, os do autor destas linhas sobre a burocracia régia e os seus oficiais ou sobre a legislação dos nossos monarcas, os de Luís Miguel Duarte sobre criminalidade, justiça e perdão régio e os de José Augusto Pizarro sobre nobreza dionisina;
- e salientem-se, na U. Nova de Lisboa, a dimensão histórico-historiográfica das obras de José Mattoso e de Luís Krus (ainda que, provavelmente, estes dois autores vejam como seus preferenciais referenciais um Jacques Le Goff, um Jean-Claude Schmitt ou um Alain Boureau, por exemplo), bem como a tese de Rita Costa Gomes sobre a nossa «sociedade de Corte» tardo-medieval.

Tal, pelo menos, o balanço possível pela pena de alguém que no Verão de 1972 recebeu de um dos seus Mestres a indicação de leitura de *L'Occident aux XIVe et XVe siècles. Les États*; e que a partir de então não mais perdeu de vista o Autor respectivo, a sua Escola e as suas filiação e descendência intelectuais.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 1998 (dia do 71.º aniversário de Bernard Guenée)

Armando Luís de Carvalho Homem

**O INSTITUTO DE HISTÓRIA MODERNA DA UNIVERSIDADE DO
PORTO (IHM-UP),
Via Panorâmica, ap. 55038, 4150 Porto**

Em Junho de 1997 constituiu-se, nesta Faculdade de Letras da Universidade do Porto, o **INSTITUTO DE HISTÓRIA MODERNA DA UNIVERSIDADE DO PORTO**. O Instituto adoptou a designação de IHM-UP, integrando-se no âmbito do disposto nos § 2 e 3 do Artº 4º dos Estatutos desta Faculdade e regulamentando-se pelas normas gerais dos Institutos aprovadas na reunião plenária do Conselho Científico de 27 de Fevereiro de 1985.

Objectivos e organização

O Instituto organizou-se no sentido de dar prossecução à investigação histórica no período correspondente à época moderna, numa visão interdisciplinar e integral. Os objectivos fundamentais ao Instituto foram inscritos nos Estatutos:

1. Promover um espaço de discussão privilegiado relativamente aos projectos científicos, específicos, a desenvolver;
2. Criar e facultar as condições para a investigação e apoio à docência, através da constituição de meios de suporte técnicos e documentais, nomeadamente: Mapoteca Histórica, Centro de Documentação Moderna (em qualquer tipo de suporte), Base de dados (decorrentes de trabalho de investigação concretizado),
3. Manter e actualizar o núcleo da Biblioteca da FLUP instalado no Instituto;
4. Prestar serviços de Consultadoria a instituições públicas e privadas.
5. Divulgar as produções científicas realizadas pelos seus membros (publicações e reuniões científicas);
6. Promover iniciativas de comunicação com outras entidades, nomeadamente, intercâmbios com Instituições similares, nacionais e estrangeiras; protocolos de colaboração com Instituições ou Projectos de Investigação e Desenvolvimento.

O **IHM-UP** congrega docentes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto¹ que sentiram necessidade de enquadrar e capitalizar o trabalho já desenvolvido e, por outro lado, determinar linhas de investigação catalizadoras de trabalhos individuais e desconexados. Neste sentido delineou linhas de investigação que serão abordadas segundo subtemas: **Tema A – «Os espaços marítimos do Noroeste Português»** e **Tema B – «Poder e ordenamento territorial»**. Quanto à especificidade de cada um dos temas diríamos que, embora entroncando em motivações comuns, são afectados por distintas naturezas e intencionalidades:

¹ São membros efectivos do IHM-UP os seguintes elementos: Presidente: Luís A. de Oliveira Ramos, Vice-Presidente: Aurélio de A. Oliveira, Secretária: Inês Amorim, Cândido A. dos Santos, Eugénio Francisco dos Santos, João Francisco Marques, Francisco Ribeiro da Silva, Elvira Cunha de Azevedo Mea, Ivo Carneiro de Sousa, José Amadeu Coelho Dias (Frei Geraldo), Jorge Martins Ribeiro, Maria Helena Osswald, Amélia Polónia, António M. B. Cardoso, Aníbal J. de B. Bareira, Joaquim M. Mendes Moreira.

- no Tema A predominam as actividades de investigação e debate historiográfico;
- no tema B propõe-se uma intencionalidade mais pragmática e operativa, direccionada às necessidades concretas das autarquias e outras instituições;

O IHM-UP tem reunido na Faculdade de Letras do Porto, sendo a sua sede no 2ºPiso da Torre B, conforme à deliberação do Conselho Directivo, em circular de 1/10/1997, mas pretende instalar-se, definitivamente, em espaço condigno, pelo que tem desenvolvido algumas diligências com o mesmo Conselho e a Reitoria da Universidade do Porto.

Acções desenvolvidas ou em decurso

O Instituto deu corpo ao conjunto de princípios enunciados através de algumas acções que, brevemente, se enunciam:

1º – No sentido de fomentar a investigação e formação científica o núcleo de doutores que constituem o IHM-UP, organiza um **Mestrado em História Moderna**, reaberto em Outubro de 1997, funcionando com oito (8) seminários que entroncam nas grandes linhas de investigação que aqui se propõem como nucleares: «A Parenética e o contexto histórico-cultural», «História do Brasil», «Senhorios e propriedade fundiária», «História das Instituições em Portugal», «Inquisição, Sociedade e Mentalidades», «Cultura, Religião e práticas religiosas», «Presença e acção das Ordens Religiosas no Antigo Regime» e «Estruturas Sócio- Profissionais».

2º – O encontro *Impacte da Expansão Ultramarina no espaço metropolitano: tentativa de periodização*, realizado nos dias 20 e 21 de Novembro de 1997, previsto pela Comissão dos Descobrimentos e em colaboração com a Universidade de Bordéus III – Michel Montaigne, onde apresentaram textos para reflexão, na manhã do dia 20, o Prof. Doutor Dedieu (Presidente da Maison des Pays Ibériques), *O caso espanhol* e Dr^a Amélia Polónia (FLUP), *Repercussões da expansão ultramarina portuguesa no espaço metropolitano. O estudo de um caso – Vila do Conde no século XVI*. Na tarde do dia 20, o Prof. Doutor Dedieu, *Estrutura territorial e social – o morgadio em Espanha na época dos descobrimentos* (extra programa). Na manhã do dia 21, Prof. Doutor F. Guichard (Universidade de Bordéus III), *Um olhar de geógrafo* e o Prof. Doutor Aurélio de Oliveira, *Espaço nacional e comércio ultramarino (sécs. XII-XVI)* (FLUP)

O encontro permitiu a discussão de uma das vertentes da Expansão Peninsular, raramente equacionada, a das decorrências internas desse mesmo fenómeno no domínio da economia, das instituições, da sociedade, ou mesmo da vivência quotidiana. Neste sentido, entrosou-se com o projecto que o INSTITUTO DE HISTÓRIA MODERNA pretende desenvolver **Tema A: «Os espaços marítimos do Noroeste Português – sua evolução nos séculos XVI e XVIII»**.

Participaram, além dos membros do Instituto (IHM-UP), outros docentes da Faculdade, assim como alunos dos Cursos de História (3ºano) e Geografia (2ºano).

3º – A realização, no passado dia 2 de Dezembro de 1997 de uma Conferência proferida pelo Professor A.J.R.Russell-Wood, do Department of History da Johns Hopkins University de Baltimore, subordinada ao título «Centros e Periferias no Brasil Colonial: 1500-1800», contributo para uma melhor contextualização e reflexão da construção do espaço marítimo português.

4º – A organização de um I Ciclo de Conferências «*Poder, Instituições e ordenamento territorial*», integrado no programa global definido pelo Instituto, mais concretamente o Tema B – «Poder e ordenamento territorial» voltando para Licenciados em Ciências Sociais e Humanas e Quadros Autárquicos. As Conferências, primeiro ciclo (outros se seguirão), desenvolvem-se entre Março e Julho, na Faculdade de Letras, com a seguinte sequência: Prof.Doutor Francisco Ribeiro da Silva – *Províncias, Comarcas, Provedorias e Concelhos – marcas de divisão administrativa no Antigo Regime*; Prof.Doutor Aurélio de A.Oliveira – *Poder municipal. Descontinuidades e Solidariedades Geográficas*; Profª Doutora Elvira de Azevedo Mea – *Choques de poder – as justiças civil, eclesiástica e inquisitorial. Estudo de um caso*. Prof. Doutor Jorge Martins Ribeiro – *O corpo consular no Noroeste português na dobragem do séc. XVIII*.

O IHM-UP conta, de momento, com o apoio do Conselho Directivo da Faculdade de Letras e aguarda o resultado de contactos já estabelecidos com outras Instituições.

Fevereiro de 1997

DISSERTAÇÕES DE MESTRADO APRESENTADAS EM 1997

HISTÓRIA MEDIEVAL

21-03-1997 – Maria Amélia da Silva Alves dos Santos Figueiredo – *A administração municipal do Porto entre 1488-1498 segundo o Livro 6 de Vereações*. **Júri:** Humberto Carlos Baquero Moreno (orientador), professor catedrático da FLUP, Maria Helena da Cruz Coelho, professora catedrática da FLUC, José Marques, professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

13-10-1997 – Maria de Fátima Pereira Machado – *O Porto de D. Manuel a D. João III (1518-1530)*. **Júri:** Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, professor auxiliar da FLUP, Maria Helena da Cruz Coelho, professora catedrática da FLUC, Humberto Carlos Baquero Moreno (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

13-10-1997 – Carla Susana Barbas dos Ramos – *A administração municipal e as Vereações do Porto de 1500 a 1504*. **Júri:** Armando Luís Gomes de Carvalho Homem, professor associado da FLUP, Maria Helena da Cruz Coelho, professora catedrática da FLUC, Humberto Carlos Baquero Moreno (orientador), professor catedrático da FLUP. Bom.

14-10-1997 – Laura de Jesus do Paço Viana Louro – *O Porto entre 1485 e 1488, segundo as Actas das Vereações*. **Júri:** Armindo de Sousa, professor associado da FLUP, Maria Helena da Cruz Coelho, professora catedrática da FLUC, Humberto Carlos Baquero Moreno (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

14-10-1997 – Cristina Isabel de Oliveira Gomes Ferreira – *A Vereação da cidade do Porto (1512-1514)*. **Júri:** Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, professor auxiliar da FLUP, Maria Helena da Cruz Coelho, professora catedrática da FLUC, Humberto Carlos Baquero Moreno (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

05-11-1997 – Teresa de Jesus Rodrigues – *O entre Minho e Lima de 1381 a 1514 (antecedentes e evolução da Comarca Eclesiástica de Valença do Minho)*. **Júri:** Humberto Carlos Baquero Moreno, professor catedrático da FLUP, Maria Teresa Nobre Veloso, professora associada da FLUC, José Marques (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

17-12-1997 – Helena Maria Matos Monteiro – *A Chancelaria Régia e os seus Oficiais (1464/1465)*. **Júri:** Armando Luís Gomes de Carvalho Homem (orientador), professor associado da FLUP, Maria Helena da Cruz Coelho, professora catedrática da FLUC, Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte, professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

HISTÓRIA MODERNA

01-04-1997 – Maria Zita Freire Amado Ferreira da Costa – *Retrato de uma minoria religiosa em Portugal. Os registos da Igreja Metodista do Mirante, Porto, 1878-1978*. **Júri:** João Francisco Marques (orientador), professor catedrático da FLUP, François Guichard, professor da Université Bordeaux III, Luís António de Oliveira Ramos, professor catedrático da FLUP. Bom com Distinção.

21-05-1997 – Isabel de Fátima da Conceição Carvalho – *O Mosteiro de Amoia. Património e rendas de 1629 a 1822*. **Júri:** José Amadeu Coelho Dias, professor auxiliar da FLUP, José Viriato Eiras Capela, professor associado da Universidade do Minho, Aurélio de Araújo Oliveira (orientador), professor catedrático da FLUP. Bom com Distinção

HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

05-05-1997 – Maria Manuela Azevedo Silveira Rodrigues – *O movimento de moradores no Porto (1974/1976)*. **Júri:** Fernando Alberto Pereira de Sousa, professor catedrático da FLUP, Vítor Matias Ferreira, professor catedrático ISCTE, Gaspar Manuel Martins Pereira (orientador), professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

02-06-1997 – Idorindo Vasconcelos da Rocha – *O carvão numa economia nacional – O caso das minas do Pejão*. **Júri:** Fernando Alberto Pereira de Sousa, professor catedrático da FLUP, José Maria Amado Mendes, professor catedrático da FLUC, Jorge Fernandes Alves (orientador), professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

07-07-1997 – Maria da Graça Lopes Fernandes Martins – *A emigração do distrito de Bragança (1901-1920) – Uma análise regional*. **Júri:** Jorge Fernandes Alves, professor auxiliar da FLUP, Joaquim Manuel Pantoja Nazareth, professor catedrático da FCSHUNL, Fernando Alberto Pereira de Sousa (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

02-10-1997 – Joaquim José Ferreira Loureiro dos Santos – *Mobilidade interna da população portuguesa – Os livros de registo de passaporte do Concelho de Penaafiel (1770-1833)*. **Júri:** Jorge Fernandes Alves, professor auxiliar da FLUP, Joaquim Manuel Pantoja Nazareth, professor catedrático do FCSHUNL, Fernando Alberto Pereira de Sousa (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

03-10-1997 – Maria João Cerqueira da Costa Ferreira – *A informação estatística através do Diário do Governo (1834-1872)*. **Júri:** Jorge Fernandes Alves, professor auxiliar da FLUP, Joaquim Manuel Pantoja Nazareth, professor catedrático da FCSHUNL, Fernando Alberto Pereira de Sousa (orientador), professor catedrático da FLUP. Muito Bom.

03-11-1997 – José Joaquim Andrade Parreira – *A acção empresarial de Clemente Menéres – entre o Porto e Trás-os-Montes (1867-1916)*. **Júri:** Fernando Alberto Pereira de Sousa, professor catedrático da FLUP, José Maria Amado Mendes,

professor Catedrático de FLUC, Jorge Fernandes Alves (orientador), professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

03-11-1997 – José Carlos de Magalhães Loureiro – *Sociabilidade religiosa em Viana do Castelo na segunda metade do século XIX*. **Júri:** Fernando Alberto Pereira de Sousa, professor catedrático da FLUP, Rui de Ascensão Ferreira Cascão, professor associado da FLUC, Gaspar Manuel Martins Pereira (orientador), professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

11-12-1997 – Maria Helena da Cunha Vilas-Boas e Alvim – *A moda e a beleza feminina no Portugal da 1ª República: «Conselhos & Alvitres»*. **Júri:** Fernando Alberto Pereira de Sousa (orientador), professor catedrático da FLUP, Irene Maria de Montezuma Carvalho Mendes Vaquinhas, professora auxiliar da FLUC, Jorge Fernandes Alves, professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

ARQUEOLOGIA

20-01-1997 – Carla Cristina Stockler Nunes Lima – *Os Monumentos com «Tumulu» da Serra da Aboboreira: seu enquadramento na problemática da conservação, restauro e valorização de estações e sítios arqueológicos – contributos para o desenvolvimento regional*. **Júri:** Vítor Manuel de Oliveira Jorge (orientador), professor catedrático da FLUP, Vítor Manuel dos Santos Gonçalves, professor catedrático da FLUL, Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge, professora associada da FLUP. Muito Bom.

21-03-1997 – Maria Margarida da Silva Alves Moreira – *Contas de colar provenientes de sepulcros com Tumulus no norte e centro-norte de Portugal*. **Júri:** Vítor Manuel de Oliveira Jorge (orientador), professor catedrático da FLUP, Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge, professora associada da FLUP, Maria Manuela dos Reis Martins, professora associada da Universidade do Minho. Bom com Distinção.

30-10-1997 – Carlos Alberto do Rosário Ramos – *A arqueologia no processo de avaliação de impacte ambiental de projectos rodoviários*. **Júri:** Vítor Manuel de Oliveira Jorge (orientador), professor catedrático da FLUP, Vasco Gil da Cruz Soares Mantas, professor auxiliar da FLUC, Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge, professora associada da FLUP. Muito Bom.

14-11-1997 – Teresa Dulce Cunha Gomes – *Organização militar medieval do Alto-Minho – Terras de Fraião, Pena Rainha e Valadares*. **Júri:** Susana Maria Soares Rodrigues Lopes de Oliveira Jorge, professora associada da FLUP, Amélia Aurora Aguiar de Andrade, professora auxiliar da FCSHUNL, Vítor Manuel de Oliveira Jorge (orientador), professor catedrático da FLUP. Bom com Distinção.

25-11-1997 – Jacinta da Conceição Marques Bugalhão – *A indústria romana de transformação e conserva de peixe em Olisipo*. **Júri:** Armando Coelho Ferreira da Silva, professor associado da FLUP, Jorge Nogueira Lobo Alarcão e Silva, professor

catedrático da FLUC, Rui Manuel Sobral Centeno (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.

25-11-1997 -- Maria Filomena dos Santos Barata – *Miróbriga: urbanismo e arquitectura*. **Júri:** Armando Coelho Ferreira da Silva, professor associado da FLUP, Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, professor catedrático da FLUC, Rui Manuel Sobral Centeno (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.

HISTÓRIA DA ARTE

13-01-1997 – Maria Cristina Trindade Guerreiro Osswald – *O Bom Pastor na imaginária Indo-Portuguesa em marfim*. **Júri:** Nelson Correia Borges, professor auxiliar da FLUC, Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira-Alves, professora associada da FLUP, Agostinho Rui Marques de Araújo (orientador), professor associado da FLUP. Bom.

03-02-1997 – Miguel Filipe Ferreira Figueira de Faria – *José Joaquim Freire: desenhador militar e de história natural – arte, ciência e razão de estado no final do antigo regime*. **Júri:** Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão, professor auxiliar da FLUL, Joaquim Jaime Barros Ferreira-Alves, professor associado da FLUP, Agostinho Rui Marques de Araújo (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.

05-02-1997 – Maria de Lurdes de Sousa Álvares Ribeiro – *A música nos presépios setecentistas*. **Júri:** Agostinho Rui Marques de Araújo, professor associado da FLUP, Nelson Correia Borges, professor auxiliar da FLUC, Joaquim Jaime Barros Ferreira-Alves (orientador), professor associado da FLUP. Bom.

12-02-1997 – Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa – *A joalheria no Porto nos finais do século XVIII – aspectos socio-artísticos*. **Júri:** Agostinho Rui Marques de Araújo, professor associado da FLUP, João Alberto Simões Gomes Machado, professor auxiliar da Universidade de Évora, Joaquim Jaime Barros Ferreira-Alves (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.

27-02-1997 – Maria Joana Barbedo Marques Ferreira da Silva Vieira de Castro – *Retábulos neo-clássicos do Porto. Uma proposta tipológica*. **Júri:** Maria Regina Teixeira Anacleto, professora auxiliar da FLUC, Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira-Alves (orientadora), professora associada da FLUP, Agostinho Rui Marques de Araújo, professor associado da FLUP. Muito Bom.

27-02-1997 – Teresa Maria Mesquita Simões Alves de Araújo – *A tipologia do órgão na obra de Frei José de Santos António Ferreira Vilaça*. **Júri:** Nelson Correia Borges, professor auxiliar da FLUC, Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira-Alves (orientadora), professora associada da FLUP, Agostinho Rui Marques de Araújo, professor associado da FLUP. Muito Bom.

07-04-1997 – Paula Cristina Machado Cardona – *O pertil artístico das Confrarias em Ponte de Lima na época moderna*. **Júri:** Agostinho Rui Marques de

Araújo, professor associado da FLUP, Nelson Correia Borges, professor auxiliar da FLUC, Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira-Alves (orientadora), professora associada da FLUP. Muito Bom.

09-04-1997 – José Carlos Meneses Rodrigues – *A talha nacional e joanina em Marco de Canaveses*. **Júri:** Agostinho Rui Marques de Araújo, professor associado da FLUP, Nelson Correia Borges, professor auxiliar da FLUC, Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira-Alves (orientadora), professora associada da FLUP. Muito Bom.

21-05-1997 – Maria Leonor Barbosa Soares – *Eduardo Liz uma obra-síntese de lições e de tempos*. **Júri:** Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira-Alves, professora associada da FLUP, Margarida Maria Acciainoli Homem de Campos Tavares Brito, professora associada da FCSHUNL, António Cardoso Pinheiro de Carvalho (orientador), professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

18-06-1997 – Ana Maria Magalhães de Sousa Pereira – *Da casa grande da Rua dos Pelames à casa nova da Rua de Dom Gualdim*. **Júri:** Agostinho Rui Marques de Araújo, professor associado da FLUP, Nelson Correia Borges, professor auxiliar da FLUC, Joaquim Jaime Barros Ferreira-Alves (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.

23-06-1997 – Ana Maria Gonçalves Carvalheira – *A Igreja e o Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Aguiar – O conjunto arquitectónico medieval e as campanhas de restauro da D.G.E.M.N. (1936/1962)*. **Júri:** José Custódio Vieira da Silva, professor auxiliar da FCSHUNL, Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira-Alves (orientadora), professora associada da FLUP, Agostinho Rui Marques de Araújo, professor associado da FLUP. Muito Bom.

02-07-1997 – Maria da Luz Pinto Mesquita Vanconcelos e Sousa Paula Marques – *Mobiliário português de aparato do século XVIII – credências, consolas e tromós*. **Júri:** Agostinho Rui Marques de Araújo, professor associado da FLUP, Maria Regina Dias Baptista Teixeira Anacleto, professora auxiliar da FLUC, Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira-Alves (orientadora), professora associada da FLUP. Muito Bom.

03-07-1997 – Maria do Carmo Marques Pires – *A Rua Álvares Cabral (1895-1940) – formas de habitar*. **Júri:** Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira-Alves, professora associada da FLUP, Margarida Maria Accianolli Homem de Campos Tavares Brito, professora associada da FCSHUNL, António Cardoso Pinheiro de Carvalho (orientador), professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

03-07-1997 – Maria Flomena Barros de Carvalho – *Arquitectura e vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)*. **Júri:** Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira-Alves, professora associada da FLUP, Maria Margarida Accianolli Homem Tavares Campos, professora associada da FCSHUNL, António Cardoso Pinheiro de Carvalho (orientador), professor auxiliar da FLUP. Muito Bom.

15-07-1997 – Ana Cristina Correia de Sousa – *Ourivesaria estampada e lavrada – uma técnica milenar numa oficina de Gondomar*. **Júri:** Nelson Correia Borges, pro-

fessor auxiliar da FLUC, Joaquim Jaime Barros Ferreira-Alves (orientador), professor associado da FLUP, Agostinho Rui Marques de Araújo, professor associado da FLUP. Muito Bom.

13-11-1997 – José Francisco Ferreira Queiroz – *O ferro na arte funerária do Porto oitocentista – o cemitério da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa 1833-1900*.
Júri: Natália do Carmo Marques Marinho Ferreira-Alves, professora associada da FLUP, Maria Regina Dias Baptista Teixeira Anacleto, professora auxiliar da FLUP, Agostinho Rui Marques de Araújo (orientador), professor associado da FLUP. Muito Bom.



3º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR

(UTAD, Vila Real, 22-26 de Setembro de 1999)

Na sequência dos congressos anteriores (Porto, 1993, e Zamora, 1996) vai realizar-se, no mesmo espírito, o 3º Congresso dos arqueólogos que trabalham sobre a península ibérica, e dos que se interessam por tal temática.

O espírito referido é o da perspectivação das questões que actualmente mobilizam a investigação e, mais em geral, a actividade arqueológica, num contexto que ultrapasse as demarcações administrativas ou políticas dos territórios que hoje constituem os estados espanhol e português. A Arqueologia surge assim como um saber desprovido de vocação nacionalista ou propagandística, mas ao serviço de um melhor conhecimento da história quotidiana dos povos que, desde o Paleolítico até à actualidade, contribuíram para construir o que é hoje o diversificado mosaico cultural da Península Ibérica.

Procurar-se-á igualmente que o Congresso, pelo interesse dos seus temas, atraia também não-especialistas e jovens preocupados com a forma como, no futuro, poderão *fazer arqueologia*, em qualquer das suas facetas.

Para melhor atingir os seus objectivos, o Congresso organizar-se-á em sessões, cada uma das quais poderá ser coordenada, em parceria, por um colega espanhol e outro português.

Como estrutura coordenadora geral dos congressos peninsulares a efectuar em Portugal, fundou-se a ADECAP – Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular, que visa, para além disso, promover um melhor intercâmbio arqueológico entre os dois países, a todos os níveis.

Desde já agradecemos a maior divulgação desta notícia e esperamos o contacto de todos os interessados em participar neste evento científico.

Os organizadores

PARA OUTRAS INFORMAÇÕES, CONTACTAR:

3º Congresso de Arqueologia Peninsular – Secretariado geral para Espanha
a/c. Prof. Doutor Alfonso Moure Romanillo – Vicerrector – Universidad de Cantabria
– Pabellón de Gobierno – Avda. de Los Castros s/n – 39005 Santander – España
Fax: (9)42 -201070

3º Congresso de Arqueologia Peninsular – Secretariado geral para Portugal
a/c. Prof. Doutor Vítor Oliveira Jorge
Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Via Panorâmica, s/n.
Apartado 55038 – 4150 Porto – Portugal
Fax: (0)2 -6091610
E-mail: vojsoj@mail.telepac.pt

Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular (ADECAP)

R. Aníbal Cunha, 39-3º andar, sala 7 – 4050 Porto – Portugal

Faxes: (0)2-2026903; (0)2-2087149

Ou: *Comissão Executiva do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*

a/c. Dr.ª. Mila Simões de Abreu

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Geociências

Campus da Quinta dos Prados – Apartado 202 – 5001 Vila Real – Portugal

Fax: (0) 59-325058

CÁRCEL ORTÍ, Maria Milagros – BOSCA CODINA, José Vicente – *Visitas pastorales de Valencia (Siglos XIV-XV)*, Valencia, Facultad de Teología de S. Vicente de Ferrer, 1996, XII+803 pp.

A obra em epígrafe constitui mais uma das muitas manifestações do alto nível científico dos seus autores e do lugar que a Paleografia e a Diplomática ocupam nas universidades espanholas, aliás patente nas cátedras que lhe estão consignadas e na vasta produção com que, frequentemente, nos vamos confrontando. Em contraste com este reconhecimento oficial no país vizinho e noutros estados europeus, não é raro, entre nós ouvir rotular estas duas ciências simplesmente como *auxiliares*, quando, há muito, atingiram a plena autonomia. É certo que a recente elaboração e defesa pública de duas dissertações de doutoramento em Paleografia e outra em Diplomática (estando outra para breve) contribuiram para, de algum modo, alterar a visão tradicional não faltando, no entanto, quem prossiga o mero ensino da Paleografia *de leitura*, sem qualquer atenção às orientações emanadas das respectivas Comissões Internacionais de Paleografia e Diplomática, com graves resultados, expressos na publicação de documentos apresentados de forma, hoje, verdadeiramente inaceitáveis.

Vem isto a propósito da excelente edição das *Visitas pastorales de Valencia (Siglos XIV-XV)*, com que os AA brindaram a comunidade científica e a própria diocese de Valência, tornando acessível um conjunto de fontes imprescindíveis para a sua história, durante meio século (1383-1427), maioritariamente coincidente com o conturbado período do Cisma do Ocidente, em que o célebre cardeal Pedro de Luna personificou uma das duas e depois três obediências, sob o nome de Bento XIII (1394-1416), isto é, até ser deposto pelo conêlio de Constança.

Antes de procedermos à apresentação desta obra, convém informar que Maria Milagros Cárcel Ortí, professora de Paleografia e de Diplomática na Universidade de Valência, possui um vasto *curriculum*, no âmbito da sua especialidade, tendo-se destacado no estudo da *diplomática eclesiástica*, para o que dispõe de um vasto campo de trabalho nos Arquivos Diocesano de Valência e Secreto do Vaticano. Neste último encontrou os relatórios das visitas que os arcebispos de Valência e dos bispos de Segorbe e Orihuela fizeram *ad sacra limina*, desde os finais do século XVI até aos finais do século XIX ou mesmo princípios do século XX, que estudou e publicou na obra em três volumes *Relaciones sobre el estado de las diócesis valencianas*, cuja edição preparou, enriquecendo-a com um estudo diplomático e demográfico e ainda com as necessárias notas, índices e introdução geral, tendo a Conselleria de Cultura, Educació i Ciència da Generalitat Valenciana assumido a responsabilidade da publicação, em 1989. Para se ter uma ideia da importância desta obra para o conhecimento histórico da sociedade valenciana dos séculos XVI-XX bastará afirmar que nela se publicam 39 relatórios apresentados ao Romano Pontífice pelos prelados de Orihuela, 49 relativos à Arquidiocese de Valência e 35 da diocese de Segorbe, veiculando um conjunto de informações insuspeitadas noutras fontes. Por sua vez, no primeiro, isto é, no Arquivo Diocesano de Valência, tem ao seu dispor fontes do maior interesse histórico, cuja publicação procede invariavelmente de rigorosos estudos de Diplomática, oferecendo contributos do maior interesse para uma obra mais vasta de *Diplomática eclesiástica* nas vertentes episcopal, pontifícia e da própria chancelaria diocesana. A título de exemplo do que acabamos de afirmar, bastará citar alguns dos seus estudos: *Tipologia documental de las visitas pastorales: la «Purgatio visitationis»* (1988), *Notas de cancelleria en los registros episcopales del obispo Hugo de*

Fenollet (1348-1356) (1992), *Notas de diplomática episcopal: Títulos de Órdenes Sagradas* (1993), *Registros de visita pastoral: Producto de la actividad escritoria de la Curia Episcopal. Una visita a la Catedral de Valencia (1396)* (1993), *Un registro de colaciones de la Curia Episcopal Valentina (1349-1350)* (1991) e *Las bulas de erección de la Sede Metropolitana de Valencia (1492)* (1993). Do simples enunciado destes títulos podemos aferir da precocidade de certos registos da Cúria de Valência, em relação ao que conhecemos dos arquivos de algumas das nossas dioceses, situação a que não será estranho o facto de esta diocese apenas se ter organizado após a sua reconquista, em 1238, acrescido da possibilidade de um contacto mais fácil e frequente com a Cúria Romana.

Apesar desta particular atenção à Diplomática em geral e à Diplomática eclesiástica, M^a Milagros Cárcel Ortí não descarta outros temas históricos, linguísticos e outros, que vai detectando na documentação manuseada e de que vai dando conta em estudos como *La lengua vulgar en la administracion episcopal valentina (siglos XIV-XV)* (1994), *Advocaciones religiosas y onomásticas en la diócesis de Valencia (siglo XVI)* (1992), etc.

O interesse da Prof^a Milagros Cárcel pela temática das visitas pastorais frutificou já entre os seus alunos, tendo orientado e prefaciado a dissertação de licenciatura de Maria Teresa García Egea, intitulada *La visita pastoral a la diócesis de Tortosa del obispo Paholac - 1314*, para cuja publicação envidou o melhor dos seus esforços, obra que tivemos oportunidade de apresentar nesta Revista.

Munida com a preparação teórica e prática patente no *currículum*, parcialmente referido, Milagros Cárcel decidiu enfrentar a tarefa de preparar, em colaboração com José Vicente Boscá Codina, obra em análise, que bem pode figurar, ao lado de outras de conteúdo similar, mas de igual rigor diplomático, como modelo do que, efectivamente, se pode e deve fazer. E dizemo-lo com tanto maior satisfação quanto é certo que já nesta mesma revista nos vimos obrigado a tratar com alguma severidade publicações que constituem uma verdadeira afronta à excelência dos códices que pretendem divulgar.

Entrando directamente em contacto com esta obra, impõe-se esclarecer que a sua parte mais extensa – 558 pp é preenchida pela transcrição e rigorosa apresentação de livros ou cadernos elaborados na sequência das visitas feitas e por documentos avulsos de variada natureza, emitidos por ocasião ou na sequência das visitas do bispo às diversas paróquias, fontes, no seu conjunto, de grande riqueza informativa para a história social, dos padroados, do estado do património librário, do clero, das alfaias litúrgicas, da hagonímia e hagioponímia. etc., etc.

Este *corpus* documental é precedido por um estudo de 56 páginas, de que vale a pena salientar a visão de síntese que os AA oferecem sobre o que se tem escrito nos diversos países europeus e em torno da temática das visitas pastorais nos tempos medievos, passando, depois, ao estudo da estrutura e do conteúdo do manuscrito, que reúne as várias peças, em grande parte utilizadas como suporte da realização deste estudo e da classificação tipológica dos registos de visitas pastorais, do modo como se preparavam e executavam as visitas e as fases da elaboração das respectivas actas, no *livro das visitas*, bem como outros documentos e cartas ulteriores. Dispensamo-nos de abordar em pormenor o conteúdo destas preciosas fontes, mas não podemos deixar de salientar que os AA. acentuam que para muitas das paróquias da diocese de Valência esta é a primeira fonte que dá notícia da sua existência.

Uma obra desta natureza, para ser verdadeiramente útil, teria de possuir diversos instrumentos susceptíveis de permitirem o rápido acesso à rica informação nela contida, e foi por isso que os AA. a enriqueceram com os quatro preciosos índices seguintes: cronológico de *litterae visitationis*, antroponímico, toponímico e temático.

Há dois aspectos relativos a esta publicação que desejamos vincar: em primeiro lugar o rigoroso respeito das normas propostas pela Commition Internationale de Diplomatique para a transcrição e edição de textos medievais e modernos, facto que não sendo de admirar, pois Milagros Cárcel é um dos membros desta Comissão, e, depois, o facto de a Facultad de Teología de San Vicente de Ferrer ter incluído este volume na *Series Valentina* da suas publicações, com o n.º 38, circunstância que, só por si, já diz bem do interesse que esta obra lhe mereceu.

Resta-nos felicitar os AA. por esta obra que para além do interesse de que se reveste para a história social e religiosa da diocese de Valência fica como mais um bom exemplo da metodologia a seguir na edição de fontes documentais desta natureza.

J. Marques

El agua en las ciudades castellanas durante la Edad Media. Fuentes para su estudio, coordenada por M^a Isabel del Val Valdivieso. Valladolid, Secretariado de Publicaciones de la Universidad, 1998, 283 p.

Embora o vol. XIV desta Revista se refira a 1997, atendendo ao indesejado atraso com que vem a público, em 1999, não hesitamos dar nele notícia da obra em epígrafe, até pelo estímulo que poderá constituir este exemplo bem conseguido de trabalho colectivo, em que a Prof^a M^a Isabel del Val Valdivieso empenhou a sua capacidade de organizadora.

Antes de iniciarmos a leitura desta obra, convém acentuar que a sua essência está claramente expressa no subtítulo – *Fuentes para su estudio* –, pois foi em torno da problemática das fontes possíveis para o estudo da água nas cidades de Castela que se concentraram os dez estudos apresentados nas sessões de trabalho do seminário sobre «el agua en las ciudades castellanas durante la Edad Media» realizado no mês de Novembro de 1997, título que integra e dá unidade aos dez temas então desenvolvidos e agora publicados. Outro aspecto a salientar é que se trata de uma obra em que colaboram docentes de várias universidades espanholas, pertencendo à de Valladolid, promotora da iniciativa, cinco dos dez colaboradores, distribuindo-se os outros cinco pelas universidades de Cantábria, Autónoma de Madrid e outras instituições culturais e de investigação.

Atendendo aos diversos ângulos tomados para a pesquisa e análise das variadas fontes utilizáveis no estudo da água, na área precisa das cidades do antigo reino de Castela, não é viável apreciá-los individualmente, limitando-nos, por isso a seleccionar apenas alguns, a começar pelo contributo fornecido pela fontes eclesiásticas, que, tendo presente a estreita relação entre o corpo e a alma não podiam esquecer as virtualidades físicas e simbólicas da água sobre o corpo e a alma, nas enfermidades físicas e espirituais, não sendo de admirar que a água esteja mencionada nos livros litúrgicos, constituições sinodais, bem como nas fontes documentais monásticas e episcopais. Se por um lado ela é imprescindível para vida e a saúde física, está igualmente carregada de simbolismo e é utilizada como matéria do sacramento do Baptismo, na celebração da Eucaristia, nos ritos de purificação: aspersão com água benta, na cerimónia do lava-pés na liturgia de Quinta-feira Santa, etc.

Para a detecção de informações em fontes monásticas haverá que percorrer os respectivos fundos documentais, nomeadamente, contratos de aforamento, acordos, sentenças judiciais, contratos de obras e livros de despesas e muitos outros, devendo, em relação aos episcopais, além dos respeitantes à gestão administrativa, examinar as fontes legislativas, especialmente as constituições sinodais.

Na recolha de informações sobre este tema, são decisivas também as fontes municipais, ocupando um lugar de relevo as *Actas* das reuniões das vereações e toda a documentação de algum modo relacionada com o controlo das nascentes, condutas e redes de distribuição de água.

O leque das fontes para o estudo temático da água nas cidades castelhanas passa, igualmente, pelo exame dos livros da chancelaria real de Valladolid donde constam as disposições régias, privilégios e tantos outros aspectos, relacionados com os rios, as pontes, a pesca, os portos e transportes, os problemas da higiene urbana, a força motriz da água utilizada nos moinhos, cuja dispersão e importância económica e social a coordenadora, Maria Isabel del Val Valdivieso, não olvidou no estudo dedicado à documentação desta chancelaria, atinente ao tema em análise.

Além destas, a obra que estamos a percorrer abre ainda perspectivas para o

estudo da água através das fontes arqueológicas e iconográficas do maior interesse, aí enunciadas.

Da importância da água na vida urbana tínhamos consciência quando, em 1980, redigimos um pequeno artigo sobre *D. Fernando da Guerra e o abastecimento de água à cidade de Braga, em 1433*, que levou a prestar atenção ao problema do fornecimento de água a comunidades religiosas da cidade do Porto, mas o livro a que nos temos vindo a referir abre um tal conjunto de pistas de investigação que, seguramente, desencadeará novos estudos sobre o precioso líquido, não só neste seminário do Departamento de História Medieval da Universidade de Valladolid, mas também noutras universidades e centros de investigação. É precisamente na perspectiva temática e metodológica que estudos deste género assumem a sua verdadeira dimensão científica.

J. Marques

CASAUS BALLESTER, Maria José – *Archivo Ducal de Híjar. Catálogo de los fondos del antiguo Ducado de Híjar (1268-1919)*, Valencia, Gobierno de Aragón – Instituto de Estudios Turolenses 1997. 1021 p.

A primeira observação a fazer ao leitor destas linhas é que não se deixe impressionar pelo título da obra acima referida e não cometa o erro de passar à frente, sob o pretexto de que se trata de «mais um catálogo», pois a realidade concreta é muito diversa.

Essa possível atitude inicial leva-nos à reflexão sobre a problemática da escolha do título, tanto para uma obra de tomo, como para um simples artigo de revista ou de qualquer outro periódico. O título, dentro do possível, deve ser breve, incisivo e levar-nos ao encontro da essência do tema estudado. É isso o que acontece neste caso, mas para o leitor apressado, nem mesmo com o subtítulo *Catálogo de los fondos del antiguo Ducado de Híjar (1268-1919)* deixa perceber que se trata de uma dissertação de doutoramento em Arquivística, centrada no património documental desta casa senhorial aragonesa, que teve a aprovação unânime do júri incumbido de a apreciar.

É precisamente o facto de se tratar de uma dissertação de doutoramento numa área que alguns, entre nós, ainda consideram área científica de segundo plano, que desejamos sublinhar, até porque está marcada a discussão pública da primeira tese de doutoramento elaborada em Portugal – mais concretamente, Faculdade de Letras do Porto –, no âmbito das novas concepções da Arquivística, seguidas também nos actuais Cursos de Especialização em Ciências Documentais, perfilando-se para breve uma outra, na Faculdade de Letras de Coimbra. Quer isto dizer que a Arquivística deixou de ser uma ciência *auxiliar* – tal como acontecia, até há poucos anos, com a Paleografia, a Diplomática, a Epigrafia e a Sigilografia –, pois está ao nível das outras ciências, dispondo de campo de investigação próprio e de metodologia e objectivos específicos, sendo incorrecto e prova de falta de informação neste domínio persistir em classificá-la como mera ciência auxiliar.

A dissertação de Maria José Casaus Ballester é o resultado concreto do estudo científico do arquivo da Casa Ducal de Híjar oferecido pelos seus legítimos titulares, «Los Duques de Alba, Duques de Híjar y Condes de Aranda», ao Archivo Histórico Provincial de Zaragoza, em 1987 e consta de duas partes perfeitamente articuladas: a primeira, constituída pelo estudo arquivístico do importante acervo documental desta Casa Ducal, e a segunda, integrada pelo catálogo de 8.187 documentos, elaborado de acordo com os princípios e o quadro de classificação fixados na primeira parte.

Na primeira parte, que se desenvolve ao longo de 256 páginas, Maria José Casaus Ballester, além de uma introdução, em que nos põe em contacto com este arquivo e com a tramitação seguida para a doação e transferência dos 1.301 «legajos», até então distribuídos por cinco salas, procede ao estudo arquivístico dos vários fundos que o constituem, deixando previamente definidos os conceitos de arquivos particulares e privados, familiares e nobiliários, nobiliários e senhoriais. Passa depois a acompanhar a formação deste arquivo, o que implica o progressivo desenvolvimento institucional desta casa senhorial, cujos primórdios remontam a 1268, até ao século XX, sem descurar as ligações matrimoniais de cinco duquesas a outras famílias, situação de que oferece um breve quadro sinóptico e diacrónico.

Ficamos, assim, a conhecer a complexidade estrutural deste Ducado, que passou a incluir diversos condados, marquesados, senhorios e baronias, conhecimento indispensável para a reconstrução dos respectivos fundos arquivísticos, secções, subsecções e séries.

A partir de certa altura, o volume documental desta Casa Ducal era já de tal ordem que a sua utilização implicava a presença de um funcionário «especializado», que procedesse à correcta arquivagem das novas espécies e pudesse detectar facilmente as antigas, quando fosse necessária a sua consulta ou exibição na defesa dos próprios direitos. É por isso que, a partir de 1760 até 1879, se conhecem, pelo menos oito arquivistas, que estiveram ao serviço desta Casa Ducal. Com anterioridade de quase cinquenta anos à notícia do primeiro arquivista identificado, começam a surgir instrumentos de descrição documental contabilizados em seis índices e quarenta e sete inventários, que Maria José Casaus Ballester apresenta por ordem cronológica e, na quase totalidade, com menção do autor, assunto, motivo e lugar da respectiva elaboração e os números que eles ocupam no catálogo geral do Arquivo, constante da segunda parte da obra.

As referências sumárias que estamos a registar sobre alguns aspectos desta obra não pretendem ser exaustivas mas destinam-se apenas a acentuar a natureza e o interesse analítico deste estudo deixando bem claro que os princípios da procedência documental e o respeito absoluto pela ordem original estão presentes em toda a actuação conduzida pela Autora. Para além destes aspectos, é indispensável salientar que na parte final do estudo em questão reside a sua parte mais nobre e verdadeiramente inovadora. Referimo-nos à organização do quadro de classificação dos fundos deste arquivo, valendo a pena, a título de exemplo, citar as secções correspondentes ao governo do Ducado, administração geral, administração de senhorios, linhagem genealógica, documentos eclesiásticos, notariais, judiciais e militares, seguidos das respectivas subsecções, séries, datas e número de documentos, o que nos permite conhecer verdadeiramente a estrutura orgânica deste importante arquivo.

Para além da atenção dedicada à produção documental, acompanhada do levantamento dos notários e escrivães nela intervenientes, impõe-se salientar o longo estudo da terminologia relativa à natureza dos documentos, sempre comprovada com a sistemática referência dos números do catálogo onde se encontram essas espécies documentais e arquivísticas.

Uma obra desta natureza não podia dispensar a cartografia necessária à localização das instituições integradas no Ducado de Híjar, nem a árvore genealógica, que, aliás foi elaborada para o longo período de 1268 até aos nossos dias.

A segunda parte é essencialmente ocupada pelo catálogo da documentação, a que já mais acima fizemos referência, organizado de acordo com o quadro de classificação desenvolvido, colocado logo no início desta parte.

A extensão desta dissertação de doutoramento, tão densamente recheada de informações indispensáveis para a história do Ducado de Híjar, que a motivou, bem como para a história da região e até de Espanha seria impraticável sem os necessários índices, tanto mais que a Autora é uma profissional da Arquivística. Registamos, por isso, com agrado, a presença de três minuciosos índices: antroponímico, topomímico e temático ou de matérias, que, além de valorizarem a obra pela facilidade de acesso à informação aí contida, ficam como mais um exemplo e um desafio aos universitários que empobrecem os seus trabalhos de investigação, mormente dissertações de doutoramento, por falta de índices adequados.

Face ao exposto, felicitamos a Autora pelo trabalho realizado e a Prof^a. Maria Milagros Cárcel Ortí pela orientação dada, na falta do Prof. José Trenchs Odena, mas, sem dúvida, num gesto de homenagem à sua memória, que todos conservamos.

Por fim, o facto de o Governo de Aragão ter assumido o patrocínio da edição desta obra é mais um testemunho da importância que as regiões autónomas espanholas atribuem à sua história e a tudo quanto tem a ver com a justificação da sua identidade regional, que só tem a ganhar com obra desta natureza, pelos caminhos que abrem a novas investigações sobre o seu passado.

J. Marques

CAGIAO VILA, Pilar, *Muler e Emigración*, Santiago de Compostela, Xunta de Galécia, 1997.

Nos estudos de âmbito geral sobre a emigração sobressai o perfil do emigrante como homem jovem ou activo a dominar as preocupações explicativas. No entanto, ainda que em proporções menores, variáveis com o tempo e os destinos, a mulher sempre esteve presente nos processos migratórios, podendo também aqui falar-se de uma discriminação com base no género, que a remete para tratamentos colaterais ou pontuais, considerada geralmente como elemento passivo, que se desloca em função do reagrupamento conjugal. É isto que nos relembra e documenta Pilar Cagiao Vila com o livro acima citado, nomeadamente quando se reafirma que a história também foi feita que não escrita pelas mulheres, o que acontece na emigração galega, onde a mulher foi claramente participante de forma directa ou indirecta, quando parte ou quando possibilita a manutenção de laços familiares.

Verifica-se recentemente em Espanha um «boom» de estudos sobre a emigração para o que muito tem contribuído Pilar Cagiao Vila, doutorada pela Universidade Complutense de Madrid com uma tese sobre a participação económico-social da imigração galega em Montevideo, responsável pelo projecto de investigação «Galegos en America e americanos en Galécia (séculos XIX e XX)» e autora de numerosos artigos sobre esta temática. O livro de Pilar Cagiao Vila surge neste contexto desde logo como um importante referencial para matizar os discursos sobre a emigração, no sentido de se evitar negligenciar esta participação feminina e de avaliar as suas especificidades.

Como explica na introdução, a autora parte para o desenvolvimento da sua investigação de fontes e bibliografias muito dispersas e fragmentárias, por isso necessariamente múltiplas, à luz de perspectivas multidisciplinares, como forma de tentar ultrapassar os silêncios que ocorrem neste domínio. Pretendeu abordar tanto o papel da mulher que permanece na Galiza e assume responsabilidades totais na gestão da casa, desde as conexas com a educação dos filhos, a organização das actividades domésticas, a administração dos bens, a manutenção das normas culturais, ou a necessidade de realizar trabalhos pouco habituais como trabalhos nas obras públicas ou de transporte de carga, como o da mulher protagonista directa na emigração, onde enfrenta os mesmos problemas que os homens, acrescidos com os inerentes à discriminação por sexo, tendo de assumir no exterior novas responsabilidades, variáveis com os destinos e os tempos da emigração. Nos novos lugares teve a mulher emigrante de viver processos de adaptação e integração geralmente difíceis, muitas vezes em estreita dependência pessoal, em que muitas vezes a redução à faina familiar no interior da casa propiciava a segregação, outras vezes em trabalhos no exterior no mais baixo da escala ocupacional, em formas irregulares de emprego, quando não em situações de marginalidade. E, se sonham com o retorno, rapidamente entram em sentimentos contraditórios, entre o desejo de reencontrar a sociedade de origem e a descoberta da necessidade da terra de adopção onde criaram raízes os seus filhos.

As duas perspectivas acima apontadas balizam a estrutura do livro, que assenta em duas partes: 1) a mulher galega no fenómeno migratório, onde passa em revista o papel da mulher na emigração ao longo dos vários séculos, concede particular atenção ao período da emigração massiva, das «viúvas de vivos» às emigrantes, a mulher na emigração durante a guerra civil e o exílio de galegas na América, bem como ao período recente de 1950-1975; 2) a mulher galega nos principais destinos da emigração americana (Cuba, Argentina, Uruguai, Brasil e outros países).

Para a primeira parte, Pilar Cagiao Vila passa em perspectiva geral os fenómenos migratórios galegos tanto para o ultramar como para destinos intrapeninsulares, nomeadamente Portugal, nas várias modalidades migratórias, incluindo as sazonais, questionando em cada situação o papel das mulheres. Serve-se de uma abundante e actual bibliografia e de importantes recursos epistolares entre emigrantes e seus familiares, que nos mostram as preocupações, objectivos, ressentimentos e deixam perceber os diversos tipos de problemas entre famílias distanciadas, aonde não faltam as famílias duplas, os abandonos prolongados ou definitivos, com consequências a todos os níveis, desde os problemas psicológicos e sociais das mulheres abandonadas a novas redistribuições dos papéis familiares, facto que leva alguns autores a falarem de um patriarcado forçado, que não real, relacionado com a emigração e a necessidade da mulher, na ausência do homem, se ver obrigada a substituir o marido. Se a emigração de mulheres galegas foi durante muito tempo inferior à de outras regiões espanholas de emigração, já a partir da década de 1870 começa a ganhar um importante significado estatístico com o crescendo da emigração familiar, que ronda nos finais do século passado os 19% (1885-95), para subir aos 30% (1916-30) e aos 40% (1951-55). Naturalmente que a emigração feminina está legalmente dependente de familiares que a chamem aos locais da emigração, de tal modo que se aponta para a legitimação de um modelo migratório que divide o grupo doméstico, com os pais e mulher na Galiza e marido e filhos na América, modelo que favorece os retornos, temporários ou definitivos, pois quando a mulher emigra geralmente fá-lo de forma definitiva. No balanço das vantagens e dos males atribuídos à emigração, reconheça-se, pelo menos, a valorização da alfabetização feminina, tão descurada no meio rural, mas agora beneficiando desse movimento geral que as «escolas dos americanos» constituíram, expressão da filantropia emigrante para com a instrução. Para a emigração galega nos anos de 1936-1939 há ainda a contar com o efeito da guerra civil e as actuações particulares neste período, nomeadamente no apoio das colónias de emigrantes a um ou outro lado dos contendores, quer sob a forma de envio de materiais ou de dinheiro, quer na activação das cadeias migratórias que permitiram o apoio a exilados, emigrantes de outro tipo, nomeadamente ao nível da formação e aptidões profissionais e intelectuais. Diferente é já a emigração intraeuropeia, após a segunda guerra mundial, para trabalhos de nula ou reduzida qualificação e com as dificuldades inerentes ao desconhecimento das línguas estrangeiras.

Destino fundamental para os galegos do século XIX, Cuba procurava imigrantes para branquear a ilha, e a partida deu-se com destino inicial para os engenhos de açúcar, mas onde não faltaram os fenómenos de «escravatura branca». Também a Argentina se perfilou como destino preferencial, onde, entre as espanholas, as galegas foram legião, aí se desenvolvendo contudo formas de entreaajuda, sob a forma de mutualismo, que desenvolveram acções de enquadramento, menos presentes noutros destinos americanos.

Jorge Fernandes Alves

NORA, Pierre (dir. de) — *Les Lieux de Mémoire. La République. La Nation. Les France*, 3 vols., s. 1., Éditions Gallimard, col. Quarto, 1997, 4751 p.

Como explica Pierre Nora no prefácio da presente edição «Quarto», esta obra «tem uma longa história», não sendo pois desconhecida nos nossos meios académicos. Com efeito, a primeira parte saiu em 1984, sob o título *La République*. A segunda, *La Nation*, foi publicada em três volumes no ano de 1986. Igualmente constituída por três volumes, mas mais espessos, a terceira parte foi publicada em 1992, subordinada ao tema *Les France*. Ultrapassando o plano previsto, estes sete volumes da «Bibliothèque illustrée des histoires» corresponderam ao aprofundamento e alargamento duma noção cujas fecundidade e riqueza se foram revelando aos poucos.

A edição «Quarto» condensa a totalidade da obra referida em três volumes que perfazem quase cinco milhares de páginas, verificando-se apenas, em relação à publicação original, uma redução do suporte iconográfico que agora inclui 192 ilustrações que reivindicam permanecer indissolúvelmente ligadas ao texto. Emerge nesta edição o desejo nítido de tornar a obra acessível a um público mais vasto, sob uma forma compacta, contínua e mais económica, situando-se a actualização científica do texto fora do âmbito de tal projecto.

Pelo número de colaboradores e pela variedade e profundidade dos assuntos tratados estes lugares da memória assemelham-se um pouco a uma enciclopédia, a uma enciclopédia da história de França pela memória; a analogia não será totalmente descabida já que muitos destes colaboradores são autores de numerosas entradas da reputada *Enciclopédia Einaudi*.

Entre os 105 colaboradores contam-se os nomes dos mais prestigiados investigadores franceses e não franceses das três últimas décadas, especialistas nos diversos períodos e domínios históricos, mas também nas áreas do património, arqueologia, história da arte, literatura, filosofia, geografia, antropologia, direito e sociologia. Citando apenas alguns, refiram-se primeiro os franceses: além de Pierre Nora, integram a obra Jacques Le Goff (coeditor com o primeiro de uma obra de referência: *Faire de l'histoire*, 3 vols., 1974), Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Duby, Maurice Agulhon, Christian Amalvi, Michel Vovelle, René Rémond, François Furet, Roger Chartier, Mona e Jacques Ozouf, Jean-Pierre Rioux, Michelle Perrot, Jean-Yves Guiomar. Entre os colaboradores não franceses avultam os nomes de Jean Starobinski, Bronislaw Baczko, Avner Ben-Amos, Krzysztof Pomian, Eugen Weber, Thomas W. Gaehetgens.

O ponto de partida desta aventura residiu no desejo de esclarecer o parentesco secreto entre os verdadeiros memoriais, como os monumentos aos mortos, e objectos aparentemente tão diferentes como museus, comemorações, arquivos, divisas e emblemas. O director da obra admite que o desafio se estendeu a fenómenos ainda mais distantes: instituições, como a Academia Francesa; realidades, como as fronteiras; categorias administrativas, políticas ou temporais, como o departamento, a direita e a esquerda, ou a geração.

Este monumental conjunto de ensaios visou a investigação e análise detalhada de blocos massivos das representações e da mitologia nacional francesa pelo que, além do estudo dos lugares portadores de uma memória, alcançou um desiderato mais grandioso, uma autêntica história da França pela memória. É contudo natural que tal dimensão não seja plenamente percebida por todos os leitores já que, pela sua extensão e diversidade – apesar de uma inquestionável homogeneidade –, esta colectânea tende a impôr-se como obra de consulta que pode, efectivamente, res-

ponder a interesses sectoriais, analisar objectos e fenómenos distintos, oferecer modelos e métodos em diversas áreas. Senão veja-se:

O primeiro volume engloba os estudos sobre a República (entenda-se, as diversas repúblicas francesas) e encontra-se estruturado em cinco capítulos: «Symboles» inclui estudos sobre «Les Trois Couleurs», «Le calendrier républicain» e «La Marseillaise»; «Monuments» é constituído pelos textos «Le Panthéon», «La mairie» e «Les monuments aux morts»; o capítulo «Pédagogie» é um dos mais extensos e estuda dicionários, bibliotecas e pedagogos; «Commémorations» engloba os textos «Les centaires de Voltaire et de Rousseau», «Le 14 Juillet», «Les funérailles de Victor Hugo», «Le Centenaire de la Révolution Française» e «L'Exposition coloniale de 1931»; «Contre-mémoire» apresenta dois os estudos: «La Vendée, région-mémoire» e «Le mur des Fédérés».

O texto de Pierre Nora, «De la République à la Nation», introduz o segundo tema da obra, a Nação, o qual se encontra estruturado em três subtítulos; os dois primeiros, «L'Immatériel» e «Le Matériel» fazem ainda parte do 1º volume. O imaterial é constituído por três grupos: «Héritage», «Historiographie» e «Paysages». No primeiro abordam-se questões que se prendem com as chancelarias e mosteiros, a linhagem, os santuários reais e Reims, na qualidade de cidade de sacração, é objecto de um estudo individual; a historiografia é evocada desde as grandes crónicas de França até aos «Annales», passando pelas histórias oitocentistas de França; a paisagem apresenta-se perspectivada sob diversos prismas, o do pintor, do sábio, do viajante (através do estudo dos guias Joanne) e do geógrafo do início do presente século. A secção que recebeu o sub-título «Le Matériel» abrange também três agrupamentos temáticos: «Le Territoire», «L'État» e «Le Patrimoine». O primeiro compõe-se de cinco estudos sobre as fronteiras e o segundo evoca as linguagens sobre as quais assenta o Estado, desde o código civil à estatística geral, passando pela simbólica, fornecendo Versailles matéria para dois ensaios. Quanto ao terceiro, de todos o mais longo, pode dizer-se que condensa reflexões e informações fundamentais sobre a questão patrimonial: além do texto, pedagogicamente intitulado «La Notion de Patrimoine» e outro sobre o nascimento de museus de província, há estudos sobre o papel de figuras que se destacaram na promoção e restauro dos valores patrimoniais franceses como Alexandre Lenoir, Guizot, Mérimée e Viollet-le-Duc.

O segundo volume contém a terceira parte dos estudos sobre a Nação – «L'Idéal» –, alinhados em duas secções: «La gloire» e «Les mots». A primeira trata sobretudo do culto dos heróis ou grandes homens como alguns títulos sugerem: «Mourir pour la patrie», «Le retour des Cendres», «Verdun», «Les morts illustres», «Les statues de Paris», «Le nom des rues». Já a segunda evoca as palavras como lugar de memória: os homens que fazem delas profissão como o orador, o escritor, o professor, o lexicógrafo; os locais donde a palavra emana como poder de convicção: a cátedra, a barra de tribunal, o púlpito e a tribuna; as instituições que vivem em íntima relação com a palavra, que a ensinam, que a celebram, que a registam, desde a Academia Francesa ao Colégio de França.

O extenso estudo subordinado ao tema genérico «Les France» apresenta três subtítulos: «Conflits et Partages», «Traditions» e «De l'Archive à l'Emblème». Os trabalhos respeitantes ao primeiro encontram-se ainda incluídos no segundo volume e englobam três secções que se passam a apresentar sucintamente. Em «Divisions politiques» pretende-se esclarecer a memória de fracturas e oposições pelo que contém estudos como «Francs et Gaulois», «L'Ancien Régime et la Révolution», «Français et étrangers», «Gaullistes et communistes», «La droite et la gauche», entre

outros. A secção designada «Minorités religieuses» engloba estudos sobre homens e instituições que marcaram a sociedade francesa em função da sua diferença religiosa. Em «Partages de l'espace-temps» inserem-se textos que tratam realidades cuja complexidade se plasma nessas duas coordenadas e de que são exemplos títulos como «Le centre et la périphérie», «Le département», «La génération».

O terceiro e último volume prossegue a sua reflexão sobre as singularidades de «Les France», nomeadamente através do enfoque das tradições, capítulo que se encontra subdividido em três secções. Em «Modèles» abordam-se diversas situações normativas e paradigmáticas como sugerem os títulos de alguns dos seus ensaios: «Le clocher», «La cathédrale», «La profession libérale», «L'entreprise», «Le métier». Já em «Enracinements» pode visitar-se a memória local, a poesia popular, os grupos folclóricos e os seus cantos, os provérbios, contos e canções. Sob a designação de «Singularités» encontram-se agrupados textos que encerram estudos sobre temas tão curiosos como «La conversation», «La galanterie», «La vigne et le vin», «La gastronomie», «Le café», «Le tour de France», entre outros.

O último subtítulo atribuído ao vasto estudo de «Les France» é, como anteriormente se referiu, «De l'Archive à l'Emblème» o qual, após os lugares descritivos da divisão e os lugares constitutivos da tradição, pretende apresentar-se como os lugares demonstrativos da identidade. Este labor de busca de significação que assenta, conforme os casos, na construção do objecto simbólico e na sua desconstrução, ganha sentido ao abordar realidades diferentes: do arquivo ao emblema, do simbólico dormente ao simbólico mais resplandescete. Assim, esta última parte encontra-se repartida em três secções: «Enregistrement», «Hauts lieux» e «Identifications».

No primeiro podem encontrar-se textos que estudam a memória através do registo como «La généalogie», «L'étude du notaire», «Les vies ouvrières», «L'âge industriel» ou «Les archives». Em «Hauts lieux» são apresentados estudos que perspectivam a memória do país através de lugares-monumentos sancionados pelo olhar colectivo como «Lascaux», «Alésia», «Notre-Dame de Paris», «Les châteaux de la Loire», «Le Sacré-Coeur de Montmartre» ou «La tour Eiffel». O conteúdo de «Identifications» reúne o estudo de grandes fórmulas de identificação dos franceses com o seu país; daí a selecção de um emblema («Le coq gaulois»), duas divisas («La fille aînée de l'Église» e «Liberté, Égalité, Fraternité»), três personagens («Charlemagne», «Jeanne d'Arc», «Descartes») e quatro imagens-força («Le roi», «L'État», «Paris», «Le génie de la langue française»).

Apesar de se ter tentado apresentar a estrutura fundamental da obra por onde se entrevê uma vastíssima panóplia de objectos, metodologias e abordagens (contabilizando-se um total de 128 contribuições), a descrição não ficaria completa se se omitissem os textos em jeito de introdução e conclusão que Pierre Nora elaborou para as diferentes partes constitutivas da obra. São exemplos de síntese magistral e problematização arguta ensaios como «Entre Mémoire et Histoire», «La Nation-Mémoire» ou «L'Ère de la Commémoration»: no primeiro o autor explica a problemática dos lugares e defende a tese do fim da história-memória; no segundo explica o contributo decisivo da memória, como vontade e representação, para a fundamentação da unidade e legitimidade da Nação; no terceiro sublinha a recente transformação da consciência nacional unitária francesa em consciência de tipo patrimonial.

Vastíssimo repositório da memória de um povo e de um país electivamente encarnada nos seus seus símbolos mais brilhantes, esta obra contempla o estudo de casos, sucessivamente diferenciando objectos, instrumentos e instituições da memó-

ria. Os lugares designados são sobretudo lugares de cruzamento, perpassados por dimensões múltiplas. Além da dimensão etnográfica ligada à tradição, da psicológica que postula a adequação do individual ao colectivo e da política que permite perceber um jogo de forças que transforma a realidade, emerge sistematicamente a dimensão historiográfica já que estes lugares são, verdadeiramente, a matéria com que se constrói a História.

Maria da Conceição Meireles Pereira

FICHEIRO DE ENTRADAS

- ABRENTE – nº 27/28 (1995/1996)
 ACTA HISTORICA ET ARCHAEOLOGICA MEDIAEVALIA – nº 18 (1997)
 AFRICANA – nº 17 (1997); nº 18 (1997)
 AL-ULYÃ: revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé – nº 5 (1996)
 ALMANSOR – nº 13 (1995/1996)
 ARQUIPÉLAGO: série História – 2ª série, vol. 1, nº 1 (1995); 2ª série, vol. 1, nº 2 (1995); 2ª série, vol. 2 (1997)
 ARQUIVOS DA MEMÓRIA – nº 1 (1996)
 BEIRA ALTA – vol. 56, nº 1/2 (1997); vol. 56, nº 3/4 (1997)
 BERCEO – nº 130 (1996); nº 131 (1996)
 BOLETIM CULTURAL DE VALE DE CAMBRA – nº 1 (1997)
 BOLETIM DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO – ano 4, nº 12 (1996); ano 5, nº 13 (1997); ano 5, nº 14 (1997); ano 5, nº 15 (1997)
 BOLETIM DO ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – vol. 15/16 (1995/1996)
 BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR – vol. 62 (1997)
 BRIGANTIA – vol. 17, nº 1/2 (1997); vol. 17, nº 3/4 (1997)
 CADERNOS DO NOROESTE – vol. 9, nº 1 (1996); vol. 9, nº 2 (1996); vol. 10, nº 1 (1997); vol. 10, nº 2 (1997)
 CALLIPOLE: revista de cultura – nº 3/4 (1995/1996)
 COMPOSTELLANUM – vol. 41, nº 1/2 (1996); vol. 41, nº 3/4 (1996)
 CUADERNOS DE HISTORIA CONTEMPORANEA – nº 19 (1997)
 CUADERNOS DE HISTORIA MODERNA – nº 17 (1996)
 CUADERNOS DEL CEMYR – nº 2 (1994)
 DIDASKALIA – vol. 27, nº 1 (1997); vol. 27, nº 2 (1997)
 EL MUSEO DE PONTEVEDRA – vol. 47 (1993); vol. 48 (1994)
 EN LA ESPAÑA MEDIEVAL – nº 19 (1996); nº 20 (1997)
 ESTUDIOS MINDONIENSES – vol. 13 (1997)
 ESTUDIS CASTELLONENCIS – nº 7 (1996/1997)
 ESTUDOS IBERO-AMERICANOS – vol. 23, nº 1 (1997)
 ESTUDOS ORIENTAIS – nº 5 (1994)
 FAVENTIA – nº 19/1 (1997); nº 19/2 (1997)
 FONTES E ESTUDOS – nº 3 (1996)
 HISPANIA: revista española de Historia – vol. 56, nº 192 (1996); vol. 56, nº 193 (1996); vol. 56, nº 194 (1996); vol. 57, nº 195 (1997)
 HISTORIA, INSTITUCIONES, DOCUMENTOS – nº 23 (1996)
 HUMANÍSTICA E TEOLOGIA – vol. 18, nº 1 (1997); vol. 18, nº 2/3 (1997)
 IACOBUS – nº 2 (1996)
 JERÓNIMO ZURITA – nº 71 (1995)
 MEDIOEVO: saggi e rassegna – nº 1 (1975) a nº 4 (1978); nº 7 (1982) a nº 19 (1994); nº 21 (1996)
 MÉMOIRES DE LA SOCIÉTÉ ARCHÉOLOGIQUE DU MIDI DE LA FRANCE – vol. 57 (1997)
 MEMÓRIA – vol. 1, ano 1 (1994); vol. 2, ano 2 (1995); vol. 3, ano 3 (1996); vol. 4, ano 4 (1997)
 MÍNIA – 3ª série, nº 4 (1996)

- MONUMENTOS – nº 6 (1997); nº 7 (1997)
NUOVA RIVISTA STORICA – vol. 81, nº 1 (1997)
OBRADOIRO DE HISTORIA MODERNA – vol. 6 (1997)
PERFICIT – vol. 21, nº 1 (1997)
POLIGRAFIA – nº 1 (1992); nº 2 (1993); nº 3 (1994); nº 4 (1995); nº 5 (1996)
REVISTA AGUSTINIANA – vol. 38, nº 115/116 (1997); vol. 38, nº 117 (1997)
REVISTA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS – nº 9 (1996)
REVISTA DE CIÊNCIAS HISTÓRICAS – vol. 11 (1996); índices 1986-1996
REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS – vol. 12, nº 16 (1994); vol. 13, nº 17/18
(1995); vol. 14, nº 19 (1996); vol. 14, nº 20 (1996); vol. 15, nº 21 (1997)
REVISTA DE ESTUDIOS EXTREMENOS – vol. 52, nº 3 (1996); vol. 53, nº 1
(1997); vol. 53, nº 2 (1997)
REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS – vol. 18 (1996)
REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA – vol. 31, nº 1 (1996)
SABER EDUCAR – nº 1 (1996); nº 2 (1997)
SANTO TIRSO ARQUEOLÓGICO – 2ª série, nº 1 (1997)
SIGNO: revista de historia de la cultura escrita – nº 4 (1997)
UL-VÁRIA: arquivo de estudos regionais – vol. 3, nº 1/2 (1996)